



**CONSULTA PÚBLICA DE PREÇOS Nº 052/2024**

**1.1.** CONSULTA PÚBLICA DE PREÇOS: O presente tem como objeto a aquisição por meio de ata de registro de preços de 40.000 (mil) kits lanche, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**Período para apresentação da proposta: de 13/06/2024 a 20/06/2024.**

**1.** A proposta poderá ser entregue pessoalmente no endereço: Praça José Rodrigues do Nascimento, 30 – Bairro Água Fria – Cajamar/SP (Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica – Departamento de Compras e Contratos) entre 08:00 e 17:00 horas ou enviar com papel timbrado da empresa para o e-mail: [consultapublica@cajamar.sp.gov.br](mailto:consultapublica@cajamar.sp.gov.br), conforme modelo abaixo:

**MODELO - FORMULÁRIO - COTAÇÃO DE PREÇOS**

<b>Nome da Empresa:</b>	
<b>E-mail institucional:</b>	
<b>E-mail pessoal:</b>	
<b>Endereço:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>CEP:</b>
<b>Cidade:</b>	<b>Estado:</b>
<b>CNPJ Nº:</b>	<b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Fone:</b>	<b>Fax:</b>

**2. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**4.1.** O proponente responderá pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta coleta de preços.

**4.2.** O presente procedimento não gera qualquer obrigação contratual entre a proponente e a Prefeitura do Município de Cajamar, e tem como finalidade apenas a verificação de preços no mercado em questão.

**TERMO DE REFERÊNCIA – SMDS**

**1 – Definição do objeto**

**1.2.** O presente tem como objeto a aquisição por meio de ata de registro de preços de **40.000** (mil) kits lanche, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	U.M.	Qtde	Valor médio unitário R\$	Valor total médio de cada item R\$
01	Kit lanche; composto de 01 (um) lanche com 02 (duas) fatias de pão de forma tradicional, com recheio de 2 (duas) fatias de queijo muçarela (60 gr); em embalagem atóxica e transparente c/ etiqueta de ingredientes, 01 suco de fruta integral de 200 ml; em embalagem cartonada asséptica, tampa plástica de rosca ou canudo reciclável ou biodegradável; 01 fruta pesando no mínimo 100g, higienizada, em embalagem individual; 01 bolo doce s/ cobertura e s/ recheio peso mínimo de 40 gramas, em embalagem individual; 02 guardanapos de papel, boa absorção, dimensão mínima 22x22cm, embalado em filme totalmente vedado; a fruta deverá apresentar data de validade de até 72 hs sob refrigeração; e o sanduiche de 24 hs da data da entrega; o kit deverá ser entregue em embalagem plástica, fechada, transparente, íntegra, atóxica, própria para contato com alimentos; de tamanho apropriado, tipo sacola; todos os itens deverão conter validade dentro do prazo (vide embalagem própria); e suas condições deverão estar de acordo com a rdc 12/01, RCD 259/02, RCD 360/03, RCD 14/14, portaria CVS 05/13 e alterações posteriores; e demais regulamentos pertinentes a cada kit; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela ANVISA.	unitário	40.000	R\$ 14,71	R\$ 588.440,00

**1.3.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.4.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.5.** O prazo de vigência da ata de registro de preço é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2 – Fundamentação da contratação**

2.1. Cumpre destacar que a aquisição de kit lanche se faz necessário uma vez que o objetivo é

promover acolhida das famílias e indivíduos em atividades coletivas dos serviços ofertados pelos CRAS, CREAS, Casa da Mulher e Núcleo do Idoso de Cajamar, bem como em casos em que houver situações de emergência e calamidade pública (alagamentos, incêndios, desabamentos, deslizamentos, etc), disponibilizando às famílias atingidas as provisões para as necessidades básicas, a fim de mitigar possíveis danos, oferecer proteção social a indivíduos e famílias, tal como possibilitar a reconstrução das condições de vida familiar e comunitária.

2.2. Ademais, confirmamos a escolha de contratação pelo Sistema de Registro de Preços por ser considerado o mais viável para o objeto pretendido, levando-se em consideração se tratar de bens de natureza comum, cujos padrões de desempenho são objetivamente definidos em edital; pela impossibilidade de definir o quantitativo a ser demandado pela Administração; pela necessidade de contratações frequentes e pela conveniência da aquisição com previsão de entregas parceladas.

2.3. E por fim, a aquisição do kit lanche, consta no Plano de Contratação Anual do município.

### **3 – Descrição da solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4 – Requisitos da contratação**

4.1. **Sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inserido na descrição do objeto, devem ser atendidos requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.1. Cabe ainda nos critérios de sustentabilidade:

I – Orientar seus empregados sobre a prevenção e controle do risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se presta o serviço;

II – Utilizar equipamentos de menor impacto ambiental;

III – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para execução dos serviços;

IV – Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que forem utilizados na prestação de serviços;

V – Colaborar com a coleta seletiva para reciclagem quando couber, e obedecendo as orientações da Comissão da Coleta Seletiva da Contratante, com vistas à separação dos materiais recicláveis do lixo orgânico, que deverá ser coletado separadamente;

VI – Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

4.2. **Indicação de marcas ou modelo:** Não haverá exigência nem vedação de marcas/modelos para a presente contratação.

4.3. **Da exigência de amostra:** A empresa provisoriamente vencedora do certame, deverá apresentar para a Requisitante, 1 (uma) amostra do kit lanche ofertada em sua proposta, contendo todos os itens que a compõem, para que seja realizada a conferência das características de qualidade apresentadas, bem como apresentar os respectivos laudos solicitados, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a partir do dia subsequente ao encerramento

da sessão pública no seguinte endereço: Rua Antonieta Pasquarelli Penteado, 245, Jordanésia – Cajamar/SP – Secretaria de Desenvolvimento Social. Sendo assim, deverá seguir os seguintes procedimentos:

- Embalagem com características conforme especificadas;
- Rotulagem do produto conforme a legislação vigente para o assunto;
- Quantidade indicada na embalagem X quantidade pesada (quilos) ou medida (mililitro);

As amostras deverão estar dentro do prazo de validade e devidamente identificadas com etiquetas autocolante constando o nome da empresa, CNPJ, e o número do item a que se refere(m). As amostras apresentadas para análise deverão ser definitivas, sendo vedado qualquer modificação ou ajuste. Em caso de reprovação da amostra, não haverá nova oportunidade para substituição da mesma. Quaisquer custos de remessa de amostra para a aprovação correrão por conta da licitante vencedora. As amostras aprovadas serão retidas pela Administração para as conferências durante o período de vigência do Contrato, ficando a critério da empresa vencedora a sua retirada após este período. Em caso de reprovação da amostra ou de qualquer documento que a acompanha, não haverá nova oportunidade para substituição da mesma para as empresas que ofertarem apenas uma marca, ou se todas as marcas que a licitante ofertar (caso oferte mais de uma na proposta escrita) sejam reprovadas.

4.4. **Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. **Garantia da contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação.

4.6. **Vistoria:** Não há necessidade de realização prévia do local de execução dos serviços.

## 5 – Modelo de execução do objeto

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de 05 (cinco) dias, contados da data da emissão de cada pedido de fornecimento, conforme demanda apresentada dentro da vigência.

5.2. Os bens deverão ser entregues nas unidades indicadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social, todas em Cajamar/SP.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## 6 – Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme segue:

Fiscal – Nome: Regina Célia Duarte

Substituto – Nome: Rita de Cássia Alves Augusto

## **7 – Critérios de medição e pagamento**

### **7.1. Recebimento**

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.2. Do Pagamento**

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para pagamento, conforme disposto no art. 93 o Decreto Municipal nº 7.139/2024.

## **8 – Critério de seleção do fornecedor**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será por meio do **sistema de Registro de Ata de Preços**, conforme justificativa no Estudo Técnico Preliminar.

### **8.3. Exigências de habilitação**

#### 8.3.1. Habilitação jurídica

8.3.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.1.7. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.3.1.8. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

#### 8.3.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

8.3.2.2. Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

8.3.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houverm relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.2.3.1. A regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser comprovada através de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que contemplem os débitos inscritos na Dívida Ativa.

8.3.2.4. Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

8.3.2.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

8.3.2.6. Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN OU Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou do domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

#### 8.4. Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, com antecedência máxima de 90 (noventa) dias contados da sua apresentação.

8.4.2. No caso de empresa em Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deve apresentar Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo de atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira.

#### 8.5. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou como o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando for o caso.

## 9 – Obrigações e Sanções

### 9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES, INFRAÇÕES E SANÇÕES

#### Obrigações da contratada

9.1. Prestar os serviços objeto deste Termo de Referência, de acordo com os quantitativos estimados e descritos;

9.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação em vigor;

9.3. Assumir diretamente a obrigação de cumprir o objeto deste instrumento, não realizando a subcontratação da prestação de serviços, bem como não o executar através de terceiros, em consonância com os requisitos da contratação;



9.4. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

#### **Obrigações da contratante**

9.5. Responsabilizar-se pela fiscalização e supervisão da execução do contrato nas formas descritas neste termo de referência;

9.6. Comunicar à contratada os nomes dos fiscais de contrato por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

9.7. Efetuar todas as publicações e divulgações que se fizerem necessárias em Diário Oficial;

#### **Infrações**

9.8. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

9.9.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.9.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.9.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.9.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.9.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.9.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.9.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.9.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.9.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.9.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.9.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.9.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

#### **Sanções**

9.10. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações as seguintes sanções:

9.11.1. advertência;

9.11.2. multa;

9.11.3. impedimento de licitar e contratar;

9.11.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.12. Serão cumpridas as demais considerações requeridas pelo art. 156 da Lei nº 14133, de 2021.

### **10 – Estimativa do valor da contratação**





**Valor (R\$):** R\$ 588.440,00

10.1. O custo médio estimado total da contratação é de **R\$ 588.440,00** (quinhentos e oitenta e oito mil reais), com valor Unitário médio de **R\$ 14,71** (catorze reais e setenta e um centavos) para cada kit lanche, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

### **11 – Adequação orçamentária**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 02.14.01 e 02.14.02 e 02.14.04;

II) Fonte de Recursos: 01 – Municipal e 02 – Estadual e 03 - Privado;

III) Programa de Trabalho: 08.244.0087.1178 e 08.2440087.2206 e 08.2440087.2207 e 08.2410087.2205;

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **12 – Responsáveis**

Cajamar, 23 de maio de 2024.

**Regina Célia Duarte**  
**Gestora de Programa**

**Niedson Silva de Souza Filho**  
**Secretário Municipal de Desenvolvimento Social**